

# Elocução de proa:

*o Diário da navegação*  
(1769-1771) de Teotônio  
José Juzarte

Navegação. Montagem, fotografia (detalhe).



*Jean Pierre Chauvin*

Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e do Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da USP. Autor, entre outros livros, de *Crimes de festim: ensaios sobre Agatha Christie*. São Paulo: Todas as Musas, 2017. [tupiano@usp.br](mailto:tupiano@usp.br)

## Elocução de proa: o *Diário da navegação* (1769-1771) de Teotônio José Juzarte

Bow's elocution: about *Diário da navegação* (1769-1771) by Teotônio José Juzarte

*Jean Pierre Chauvin*

### RESUMO

Neste artigo, examina-se o *Diário da navegação*, escrito pelo sargento-mor Teotônio José Juzarte no final do século XVIII. Orientado por preceitos de retórica e poética, pretende-se aproximar o leitor da mentalidade concebida pela coroa portuguesa, durante o reinado de Dom José I. Na análise, discute-se o lugar da narrativa de viagem, compreendida aqui como gênero próximo da épica, o que pressupõe ler o relato para além dos critérios anacrônicos de originalidade, marcas de subjetividade e autoria. Para isso, resgatam-se os vínculos entre a História (segundo a concepção de Heródoto) e a Retórica, em acordo com os preceitos de Aristóteles. O estudo considera o léxico empregado por Juzarte, propondo que o repertório adequa-se a tema, estilo e gênero afins.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teotônio José Juzarte; História; Retórica.

### ABSTRACT

In this article, we examine *Diário da navegação*, written by Major Teotônio José Juzarte on the end of 18th century. Guided by precepts of rhetoric and poetics, we intended to bring the reader closer to the mentality conceived by the Portuguese crown during the reign of Dom José I. In this analysis we discuss the place of the travel narrative as a genre close to the epic form, which presupposes reading this report beyond the anachronistic criteria of originality, marks of subjectivity and authorship. In this way, we rescue links between History (according to the conception of Herodotus) and Rhetoric, in agreement with the precepts of Aristotle. This study considers the lexicon used by Juzarte and propose that his repertoire is appropriate to the theme, the style and the genre.

**KEYWORDS:** Teotônio José Juzarte; History; Rhetoric.

<sup>1</sup> ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 6.

<sup>2</sup> JUZARTE, Teotônio José. *Diário da navegação*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2000, p. 93.

<sup>3</sup> TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *História das bandeiras aulistas*, tomo 2. São Paulo: Melhoramentos, 1953, p. 144.

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 22.

<sup>5</sup> "Literatura, nessa acepção, só seria criado no final do século XVIII na França e na Alemanha, quando o termo passou a designar o conjunto de todos os textos que imitam ou representam as paixões por meio da palavra, com sensibilidade e imaginação". TEIXEIRA, Ivan. *Hermenêutica, retórica e poética nas letras da América Portuguesa*. *Revista USP*, n. 53, São Paulo, 2003, p. 140.



[...] é possível estudar a razão pela qual tanto são bem-sucedidos os que agem por hábito como os que agem espontaneamente, e todos facilmente concordarão que tal estudo é tarefa de uma arte.

Aristóteles<sup>1</sup>

*Isso é tudo o acontecido, na verdade além de muitas outras coisas, que, por não parecerem duvidosas ou menos verdadeiras, as não declaro.*

Teotônio José Juzarte<sup>2</sup>

*Era imaginoso o nosso itinerante.*

Alfredo d'Escragno Taunay<sup>3</sup>

Desaprendemos na escola: a escrita da história seria imparcial e

desinteressada, produzida por homens honestos, em busca da verdade. Atento aos fatos e evidências (documentos, testemunhos ou monumentos), o historiador seria uma dentre as espécies de narrador dotada de virtudes imprescindíveis ao relato fidedigno e, portanto, desprovido de artifícios, já que reproduziria fielmente os eventos em estreita obediência e adesão à realidade que o circundava. Mas, como nos ensinou Jacques Le Goff, “Uma história é uma narrativa, verdadeira ou falsa, com base na ‘realidade histórica’ ou puramente imaginária”.<sup>4</sup> Há décadas se sabe que, pelo menos até o final do Setecentos, a historiografia – assim como a poesia e outras artes – escrevia-se em acordo com determinadas convenções, herdeiras da tradição greco-latina, na Antiguidade. O que sucede à seleção e recolha de eventos, teoricamente dignos de compor o repertório do historiador, costuma acarretar em virulentas controvérsias no ensino de “literatura” (termo que só passou a existir, com o sentido que lhe damos hoje, a partir do Oitocentos).<sup>5</sup> Costuma-se atribuir pouca importância aos documentos e versos produzidos no território luso-brasileiro, entre os séculos XVI e XVIII, a começar pela denominação de que seriam obras “maiores” e “menores”. Por essas e outras razões, supõe-se ser de interesse comentar o *Diário da navegação*, redigido pelo sargento-mor Teotônio José Juzarte entre março de 1769 e maio de 1771.<sup>6</sup>

Para isso, seria importante lembrar que a arte de investigar e a arte de persuadir nasceram durante o século V a. C., na Grécia: a História (cujo paradigma são as *Histórias* de Hérodoto) e a Retórica (sistematizada por Aristóteles, no século seguinte). Examinadas de perto, elas compartilhavam alguns procedimentos: 1. sendo “artes” da palavra, envolviam a aplicação de artifícios específicos que produziam “efeito de verdade”; 2. pressupunham a adequação do gênero, léxico e estilo à matéria de que tratavam. Nesse sentido, uma e outra traduziriam o conceito grego de *tekhné* (*ars*, segundo os latinos).

Mas História e Retórica têm outra virtude em comum: ambas foram alvo de duras ressalvas durante a Antiguidade. Como se sabe, no *Górgias* de Platão, Sócrates criticava a atuação dos sofistas, que se supunham capazes de persuadir quem quisessem sobre qualquer assunto. Seis séculos depois, um filósofo latino adepto das ideias de Platão faria algo parecido em relação às *Histórias* de Heródoto.<sup>7</sup> Com efeito, em *Da malícia de Heródoto*, Plutarco fez ressalvas ao investigador grego, supondo que o seu estilo vivaz e agradável teria maior comprometimento com o “efeito” exercido pelas palavras do que com a sua exatidão, que se deveria pautar pelo testemunho e precisão dos fatos. A questão é controversa. Villalba I Varneda apresenta um contraponto fundamental ao de Plutarco, ao abordar a “Ars narrandi”: “No que diz respeito ao estilo e à forma da narrativa histórica, poderíamos lembrar que, para Políbio, o historiador deve dar atenção literária para que a narração [histórica] ilumine e não confunda”.<sup>8</sup> De todo modo, a aproximação entre a História e a Retórica não será despropositada. No estudo à tradução das *Histórias* de Heródoto, Maria Aparecida de Oliveira Silva salienta que, “escrito em dialeto iônico, o texto de Heródoto traz expressões marcadamente orais, demonstrando que seu conteúdo passou por longo processo de composição oral. Sabemos ainda que parte do seu texto foi recitado em público, nas cidades de Atenas e Olímpia, o que lhe rendeu a fama de ser um bom recitador, tendo recebido uma quantia significativa como prêmio pela qualidade da sua leitura”.<sup>9</sup>

<sup>6</sup> Em nova transcrição do *Diário da navegação*, que apresenta emendas à edição comemorativa da Edusp – utilizada neste trabalho –, Maria Aparecida Mendes Borges comenta o sentido originalmente dado à palavra “monção”, que se costumava aplicar a viagens daquele feitio e porte: “A palavra ‘monção’ significa ‘época ou vento favorável à navegação – do árabe *m’ausim*: a estação da peregrinação a Meca, tempo de Ceifa’. E era usada pelos portugueses para denominar os ventos periódicos que ocorriam nas costas da Ásia meridional. A monção de Juzarte [...] como todas no Brasil [...] submetia-se ao regime dos rios, partindo normalmente na época das cheias (março e abril), quando os rios eram mais facilmente navegáveis; assim, viagens menos arriscadas”. BORGES, Maria Aparecida Mendes. *Diário da navegação: edição e estudo de variantes dos manuscritos luso-brasileiros*. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – USP, São Paulo, 2011, p. 14. Ver CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário de etimologia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

<sup>7</sup> “Decerto, sabemos que Heródoto é o autor das *Histórias*, obra na qual relata a guerra travada entre persas e gregos durante os anos 481 a 479 a.C., constituindo-se na mais antiga obra historiográfica do Ocidente. Sobre o conteúdo do escrito herodotiano, Schlögl informa que os debates políticos e religiosos fomentados pela democracia ateniense, bem como o pensamento filosófico e as encenações trágicas nos teatros de Atenas, influenciaram sobremaneira a composição de sua obra”. SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Introdução. In: PLUTARCO. *Da malícia de Heródoto*. São Paulo: Edusp, 2013, p. 42.

<sup>8</sup> VARNEDA, Pèrre Villalba I. *Ars narrandi*. In: *The historical method of Flavius Josephus*. Leiden: E. J. Brill, 1986, p. 68. No original: “On the question of the style and the form of historical narrative, we may recall that for Polybius the historian must take great literary care so that historical narrating enlightens and does not confuse”.

<sup>9</sup> SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Introdução. In: HERÓDOTO. *Histórias: Livro I*. Clio. São Paulo: Edipro, 2015, p. 8.

<sup>10</sup> Argumento de Górgias, personagem do diálogo homônimo: “Maus, portanto, não são os que ensinam; responsável por isso e ruim não é a arte, sim segundo penso, quem a empregou para fins menos bons. A oratória está no mesmo caso”. PLATÃO. *Górgias*. São Paulo: Cultrix, 1970, p. 67.

<sup>11</sup> Argumento de Plutarco, adepto da tradicional escola platônica: “A muitos, ó Alexandre, o discurso simples e fácil de Heródoto, que não se aprofunda nos acontecimentos, ilude. A maioria vivencia isso em razão de seu caráter, pois, como afirma Platão, não é somente de extrema injustiça, o que não é parecer ser justo, mas também é obra de elevada malícia imitar um temperamento doce e generoso para que ela seja escondida”. PLUTARCO, *op. cit.*, p. 161.

<sup>12</sup> MEIER, Christian. Antiquidade. In: KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 42.

<sup>13</sup> HERÓDOTO, *op. cit.*, p. 28.

<sup>14</sup> ARISTÓTELES, *op. cit.*, p. 12.

<sup>15</sup> HANSEN, João Adolfo. Barroco, neobarroco e outras ruínas. *Revista Destiempos*, México D. F., 2008, p. 201.

<sup>16</sup> KANTOROWICZ, Ernst H. *The King's two bodies: a study in mediaeval political theology*. Princeton: Princeton University Press, 1997, p. 193 e 194. No original: “Under the *pontificalis maiestas* of the pope, who was styled also ‘Prince’ and ‘true emperor’, the hierarchical apparatus of the Roman Church tended to become the perfect prototype of an absolute and rational monarchy on a mystical basis, while at the same time the State showed increasingly a tendency to become a quasi-Church or a mystical corporation on a rational basis”.

Tanto Sócrates, no século V a. C., quanto Plutarco, no primeiro século da era cristã, quiseram antepor discutíveis margens da honestidade (ao orador) e da veracidade (ao historiador), já que a arte retórica, conforme ensinada por Górgias, revelaria a má-fé do preceptor<sup>10</sup>; e a investigação, proposta como salvaguarda da memória por Heródoto, revelaria a sua malícia.<sup>11</sup>

Como defende Christian Meier, durante a Modernidade os gêneros históricos continuam a retomar modelos, a partir de discursos considerados paradigmáticos. Esse estado de coisas se manteve, sem profundas alterações conceituais, pelo menos até o final do Setecentos, quando a “História” deixou de significar “relato” e passou ao estatuto de Ciência, Área do Conhecimento, Disciplina etc.: “Parece paradoxal que a palavra que mais tarde viria a designar ‘História’ não podia ser aplicada em seu significado específico original à pesquisa sobre a maior parte da História, porque, metodologicamente o passado, segundo Heródoto, só é pesquisável para as duas ou três últimas gerações”.<sup>12</sup>

Ora, o *Diário da navegação* de Teotônio José Juzarte atende, ainda que parcialmente, tanto aos preceitos de Heródoto quanto os de Aristóteles: é relato produzido “para que os acontecimentos passados não sejam extintos entre os homens com o tempo”<sup>13</sup> e gênero “adequado a cada caso com o fim de persuadir”.<sup>14</sup> O relato retém outro pressuposto do antigo modo de se fazer história: a longa e perigosa travessia pelos rios Tietê, Grande Paraná e Iguatemi, entre 1769 e 1771, embora narrada segundo um testemunho, não reivindicava para o comandante, em pessoa, a ideia de que se tratasse de uma jornada particular. Analogamente às jornadas épicas em verso, de que os navegantes portugueses provavelmente teriam notícia e buscavam se aproximar, os episódios do *Diário*: a) imbuem-se da noção de coletividade; b) evidenciam a submissão da *persona* que escreve à Coroa, em acordo com o *pactum subjectionis*. De acordo com João Adolfo Hansen,

*Os juristas contrarreformados juntaram à noção de res publica a de corpus mysticum, fundando com ambas a de corpo político. É a doutrina suareziana do pactum subjectionis do todo do reino como “corpo místico”, que fundamenta a sistematização e a centralização do poder monárquico e a conceituação do “bem comum”, que no século XVII define o estatuto jurídico da pessoa em Portugal e no Brasil. Lutero e outros reformados afirmam que o poder decorre diretamente de Deus, que envia os reis para impor ordem à anarquia dos homens corrompidos pelo Pecado original. Por meio dos jesuítas, principalmente, a Igreja católica combate as teses reformadas, afirmando que Deus certamente é origem do poder, como causa universalis ou causa universal da natureza e da história, mas não causa direta do mesmo, pois o poder decorre de um pacto de sujeição. Logo, a conceituação da natureza do Direito Natural que estrutura a forma mentis e a posição social dos súditos luso-brasileiros no pacto de sujeição é fundamental na definição do estatuto jurídico da “pessoa humana” figurada nas representações.*<sup>15</sup>

E, por fim, c) explicitam a causa a que se dedicam, como item de pertencimento ao *corpus mysticum*, nos termos de Ernst Kantorowicz: “Sob a *pontificalis maiestas* do papa, que era considerado ‘Príncipe’ e ‘Verdadeiro Imperador’, o aparato hierárquico da Igreja romana tendia a ser o protótipo perfeito de uma monarquia absoluta e racional de base mística, enquanto simultaneamente o Estado mostrava incrementar a tendência a se tornar uma quase Igreja ou uma corporação mística de base racional”.<sup>16</sup>

No século XVIII, estávamos longe dos diários de teor privado, que passaram a circular como artefato literário (burguês, individual e mercantil) durante o Oitocentos. Isso porque o *Diário da navegação* de Teotônio José Juzarte não era “propriedade” intelectual de um “autor”, ou de um “sujeito” que tentasse soar “original” por aspirar à glória “literária”, nem suporia a eventual circulação massiva do *Diário* entre os “plebeus” que cercavam, sem acessar, os espaços da corte. Seu relato seguia de perto a tradição das crônicas e relações de viagem que circulavam em Portugal desde o final da Idade Média. A produção de versos ou narrativas, durante o Setecentos, também era um modo de se distinguir na sociedade cortesã. Observar, de perto, as regras encontradas nos tratados de História, Retórica (e Poética) da Antiguidade – sem esquecer os manuais de cortesia –; seguir estritamente as *Ordenações* do Reino (conjunto de leis assinadas por Filipe II vigoravam desde 1603, nos domínios ibéricos) e renovar fidelidades à Igreja Católica conferem àquele tempo e lugar, ações codificadas, pautadas pela prescrição e a concepção moralizante. O diálogo entre os relatos de viagem e a *forma mentis* do reino português eram evidentes. Na síntese de Marco Antonio Silveira,

*Apesar das variadas classes sociais existentes no interior do Império lusitano, o que definia primordialmente a participação no grupo dirigente era o prestígio; daí o fato de a sociedade portuguesa apresentar uma estratificação estamental. Tal prestígio, capaz de conferir “nobreza” aos membros do estamento, cada vez menos, durante a época moderna, constituía privilégio exclusivo das antigas famílias proprietárias de terra. Pelo contrário, à proporção que as conquistas no Ultramar avançavam e tornava-se mais evidente que a economia lusa era eminentemente mercantil, os títulos honoríficos e a incrustação na máquina administrativa afirmavam-se como meios de distinção. Ambos os caminhos, afinal, aproximam do rei.*<sup>17</sup>

Em nossos dias, a menor atenção ao gênero (diário) e ao tema (viagem), especialmente na área de Letras, parece guardar relação com a supremacia dos gêneros artísticos, em detrimento dos textos circunstanciais ou de cunho “administrativo”<sup>18</sup> – como sugere o título dado ao relato de Juzarte. Essa distinção, que se supõe tão objetiva e clara, entre os textos “artísticos” e os de cunho “administrativo”, provavelmente seja reforçada desde meados do século XIX, quando se passou a acreditar e defender que houvesse maior “espontaneidade” nas letras produzidas a partir da segunda metade do Setecentos (durante o chamado “arcadismo”), comparativamente aos artifícios abusivos de que se fez uso entre os séculos XVI e XVII. Analogamente à desvalorização das preceptivas como componentes nas letras coloniais, inverteu-se o sinal de “artístico” que, até o final dos Setecentos, era entendido segundo a concepção tradicional de representação verbal sujeita às regras da “arte” (*tekhné* > *ars* > arte), em que tema, gênero, léxico e forma eram acionados de acordo com o conceito de *decorum* – que pressupunha a adequação entre o assunto e a composição que o enformava.<sup>19</sup> Conforme prescrevia o espanhol Antonio Lulio, no século XVI, ao evocar as lições de Aristóteles: “Resta-nos indagar que coisa convém à poesia de cada classe, que forma merece elogio. A primeira de todas e a mais destacada do gênero dramático é a tragédia. Nela se apresentam personagens [muito] insígnies, por exemplo, heróis e reis cujas façanhas e memória contém os antigos monumentos”.<sup>20</sup>

Ressalvadas as diferenças entre as “espécies”<sup>21</sup> de relato, poder-se-ia

<sup>17</sup> SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 46 e 47.

<sup>18</sup> “A questão que se coloca é a de não confundir ou hierarquizar as narrativas entendidas como ‘históricas’ e as narrativas ‘literárias’, como se uma correspondesse ao ‘real’ e a outra à ‘ficção’. O que distingue um e outro são os usos diferenciados que fazem das tópicas discursivas, da disposição textual e, muitas vezes, das figuras de elocução incorporadas no corpo do texto, mas não uma suposta fidedignidade em relação a um possível ‘real’ sobreposto ao texto ou incorporado às suas entrelinhas”. FELIPE, Cleber Vinicius do Amaral. *Itinerários da conquista: uma travessia por mares de papel e tinta* (Portugal, séculos XVI, XVII e XVIII). Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 2015, p. 18.

<sup>19</sup> “A epopeia e a história, em termos retóricos, afinam-se aos gêneros demonstrativo (ou epidítico) e deliberativo, elogiando/aconselhando e/ou censurando/desaconselhando de forma instrutiva e deleitosa. Quanto às etapas do discurso, ambos os gêneros propõem tópicos de invenção, partes da disposição e figuras de elocução em conformidade com a verossimilhança e decoro próprios, propondo um estilo conveniente à matéria tratada”. *Idem, ibidem*, p. 17.

<sup>20</sup> LULIO, Antonio. *Sobre el decoro de la poética*. Madri: Ediciones Clasicas, 1994, p. 57 e 59.

<sup>21</sup> Adota-se esta terminologia em conformidade com o que sugerem Michel Patillon (Cf. RUFUS. *Art rhétorique*. Paris: Belles Lettres, 2001) e Marcelo Lachat, a quem agradeço por ter facultado a leitura de seu ensaio (ainda inédito) *Nuevo descubrimiento del gran Rio de las Amazonas* (1641), de Cristóbal de Acuña, e *Viagem* (1746), de Pedro de Santo Eliseu: história, poesia e política sobre o Rio das Amazonas. Ver LACHAT, Marcelo. *Nuevo descubrimiento*, *op. cit.*, *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 21, n. 38, Uberlândia, jan.-jun. 2019.

<sup>22</sup> FELIPE, Cleber Vinicius do Amaral, *op. cit.*, p. 13.

<sup>23</sup> PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 18.

<sup>24</sup> Cícero defendia três modos de lograr persuasão (*tria officia*): convencimento (pela razão), comoção (pela paixão) e agrado (pelo deleite). A esse respeito, ver TRINGALI, Dante. *Introdução à retórica*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988, p. 21 e 22.

<sup>25</sup> Ver MARCOVITCH, Jacques. Prólogo. In: JUZARTE, Teotônio José, *op. cit.*, p. 8. Alguns dos exemplares da coleção *Uspiana* foram comercializados por preço diferenciado, na época, graças à qualidade do papel (couché fosco com gramatura de 120g/m<sup>2</sup>) e capa dura (em cartão supremo, com gramatura de 350 g/m<sup>2</sup>), encimada por letras douradas. Nessa edição, o *Diário da navegação* ocupa setenta e quatro páginas, no formato de 22,5 por 29,5cm. A despeito do apelo estético com que o exemplar foi editado, não é o nome do sargento-mor Teotônio José Juzarte que vai na capa, tampouco na lombada do volume. O *Diário* é assinado por Jonas Soares de Souza e Miyoko Makino, identificados como organizadores do material. Somente na página 12, a primeira da “Apresentação” ao livro, consta o nome do relator da viagem realizada entre 1669 e 1671.

<sup>26</sup> FRANÇA, Jean Michel Carvalho. Um épico da colonização. *Folha de S. Paulo*, 8 abr. 2001. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/esp/mais/fs0804200114.htm>>. Acesso em 6 jan. 2019.

aplicar ao *Diário* de Juzarte as precauções contra abordagens superficiais e impressionistas, que atribuem critérios indevidos a textos de outro tempo e lugar. Conforme salienta Cleber Vinicius do Amaral Felipe,

*É possível distinguir, em geral, três posturas recorrentes no que se refere aos estudos da História Trágico-Marítima: uma delas apreende esta narrativa como gênero novo, noticioso, marginal, híbrido, escrito com maior “liberdade” em relação aos protocolos retóricos se comparado aos gêneros “canônicos”; outra costuma associá-los à estética maneirista ou barroca para justificar a presença de uma suposta “retórica da decadência”; a última destaca seu teor “disfórico” e apreende os relatos como sendo a contraparte “realista” da fantasiosa “euforia” épica.<sup>22</sup>*

Do mesmo modo que não se aplicavam juízos de valor, como “obscuro”, “confuso” ou “dicotômico” à poesia dita “barroca”, não se atribuíam elementos “pré-românticos” aos versos produzidos durante o chamado “arcadismo”, nem se julgavam os diários de navegação como mais ou menos “agradáveis”, “espontâneos”, “originais” etc.; mas, sim, de acordo com o grau de informatividade e clareza que traziam, o potencial de exploração do lugar, a possibilidade de aumentar os súditos da Coroa nas possessões do reino etc. Como pretende produzir certos efeitos, o *Diário da navegação* exagerava feitos, com vistas a estimular determinadas reações, de modo similar ao que sucedia na correspondência dos jesuítas, que não eram “absolutamente uma tábua em branco impressionada por acontecimentos vividos pelos missionários – nem objetivamente, como representação ou notícia da gente e terra do Brasil; nem subjetivamente, como impacto sentimental ou expressivo dessa notícia em certa mentalidade católica europeia”.<sup>23</sup> Tudo isso sem perder de vista a maior ou menor obediência – do cronista, piloto ou comandante de expedição – aos preceitos do gênero em que a sua narrativa se inscrevia, com a expectativa de persuadir(em) os destinatários, os mais e os menos graúdos, a que se destinavam, como ensinava Cícero.<sup>24</sup>

## Reedição

Em 2000, duzentos e vinte e nove anos após a redação do *Diário*, a Editora da Universidade de São Paulo, em parceria com a Imprensa Oficial do Estado editou doze obras consideradas representativas da historiografia nacional, como forma de celebrar os “500 anos do Brasil”, como afirmava o ex-reitor Jacques Marcovitch no “Prólogo”.<sup>25</sup> A edição foi saudada por diversos jornais, em que se destaca a resenha de Jean Michel Carvalho França, para quem: “Juzarte não é um homem de grande cultura nem tem destacados dotes literários, mas seu diário, escrito numa linguagem seca e objetiva, constitui, ao lado do *Divertimento admirável* (1783), de Manuel Cardoso de Abreu, o mais precioso e rico documento disponível sobre a navegação fluvial no Brasil Colônia”.<sup>26</sup>

De volta ao livro. Após a sucinta “Apresentação” (oito páginas, incluindo as dez notas de rodapé) escrita por Jonas Soares de Souza e Miyoko Makino, somos introduzidos ao texto, iniciado na página vinte e um do volume. O *Diário da navegação* se estende por setenta e quatro páginas e precede a versão fac-similar, bem como os mapas da navegação – desenhados pelo próprio sargento-mor – e reunidos pela primeira vez, em único volume, ao texto. Os pesquisadores concluíram tratar-se de “notas de viagem, toscas e

rudes, de soldado semianalfabeto, mais cheias de interessantíssimos informes”.<sup>27</sup> Talvez se pudesse supor, com muitas reservas, que não houvesse primor de estilo na redação, desde que o *Diário* de Teotônio José Juzarte fosse comparado com outros relatos de seu tempo e lugar.

Por outro lado, deve-se salientar que o documento foi escrito por um homem de graduação relativamente modesta, incumbido de comandar a “jornada monçoeira” (termos de Afonso d’Escragnolle Taunay).<sup>28</sup> De todo modo, para além de discussões em torno da linguagem e do estilo, trata-se de documento importantíssimo, especialmente caso a hipótese do leitor seja reconstituir parcialmente a *forma mentis* de um punhado de homens letrados, a ocupar cargos nas forças subordinadas à capitania de São Paulo e, em segunda instância, à Coroa.

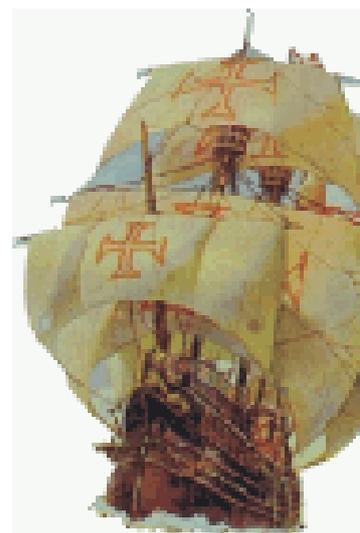
O *Diário da navegação* constitui documento de outros tempos e lugares. Portanto, precisa ser lido com olhos menos viciados que os autores de histórias da literatura “brasileira” – quase sempre fundados em anacronismos – que comprometem o teor e a pertinência do que se lê, à cata das “intenções” do “autor”. Conforme alertava Ivan Teixeira, “nesse processo de acomodação do passado aos interesses do presente, formulou-se um programa de desconsideração sistemática pelo conhecimento das normas específicas de produção textual de cada um dos períodos”.<sup>29</sup> Objetivamente, expedições como aquela sob o comando de Teotônio José Juzarte eram operações complexas e de enorme proporção, maiormente para os padrões da época. No espaço de três dias, o sargento-mor nomeia os principais rios a serem percorridos por “quase oitocentas pessoas” em “trinta e seis embarcações”.<sup>30</sup> Eles partem do porto de Araraitaguaba (que corresponde, atualmente, ao município de Porto Feliz, no interior de São Paulo) e seguem até as bordas do Iguatemi.

Espécies discursivas produzidas entre os séculos XV e XVIII, os diários são aparentados às crônicas do reino e das relações de viagem. Esta lição, ensinada por Jaime Cortesão no estudo introdutório à *Carta* de Pero Vaz de Caminha (publicado em 1943), autoriza-nos a discutir alguns aspectos que se imagina serem levados em conta pelo leitor. De acordo com o historiador português,

*As primeiras relações [de viagem] foram por certo traçadas no mar pelos escrivões das caravelas do Infante D. Henrique. No livro ou livros de bordo, inscreviam-se com os dados de carácter geográfico sobre os novos descobrimentos – rumos, número de milhas ou léguas percorridas, terras descobertas e nomenclatura imposta – as trocas comerciais realizadas com os indígenas, sob a forma de despesa e de receita. Como era lógico os escrivões apontavam essas notas progressivamente e dia a dia, ao sabor dos acontecimentos. Daí os livros ou relações dos escrivões tomarem a forma de diários, ainda que sem continuidade inalterada.*<sup>31</sup>

Em Portugal, a tradição de escrever diários e congêneres remontaria a meados do século XV, o que explicaria o fato de que “todos os oficiais de el-rei, desde o capitão-mor da Índia até aos escrivões e pilotos, empolgados pela epopeia, deslumbrados pelo cenário sempre variado dos mundos novos, quando não trabalhados por ambições secretas e ruins, tomavam da pena e endereçavam ao rei cartas-narrativas, em que fulguram catanadas épicas ou palpitam informações de gentes e terras peregrinas”.<sup>32</sup>

Teotônio José Juzarte não foi o primeiro (nem o último) a empreender a jornada pelos rios do Tietê, Paraná e Iguatemi. Antes desse português



<sup>27</sup> SOUZA, Jonas Soares de e MAKINO, Miyoko. Apresentação. In: JUZARTE, Teotônio José, *op. cit.*, p. 18.

<sup>28</sup> Ver TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle, *op. cit.*, p. 139.

<sup>29</sup> TEIXEIRA, Ivan, *op. cit.*, p. 138 e 139. Por sua vez, Cleber Felipe ressalta que “discorrer sobre um mundo extinto significa admitir a impossibilidade de reconstitui-lo em sua completude. Logo, refazer os passos dos homens de outrora não significa ressuscitar suas intenções ou vontades, mas repor suas escolhas narrativas, levantar hipóteses sobre seus encadeamentos e propor uma forma verossímil de concebê-las”. FELIPE, Cleber Vinicius do Amaral, *op. cit.*, p. 9.

<sup>30</sup> JUZARTE, Teotônio, *op. cit.*, p. 21.

<sup>31</sup> CORTESÃO, JAIME. O autor e sua obra. In: *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: INCM, 1994, p. 15 e 16.

<sup>32</sup> *Idem, ibidem*, p. 17.

<sup>33</sup> Ver TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, *op. cit.*, p. 140 e ss.

<sup>34</sup> Ver SOUZA, Jonas Soares de e MAKINO, Miyoko, *op. cit.*, p. 19.

<sup>35</sup> JUZARTE, Teotônio, *op. cit.*, p. 15.

<sup>36</sup> “Teotônio José Juzarte, que na folha de rosto do seu *Diário* se intitula sargento-mor, posto outrora correspondente à graduação de major, desempenhou papel de destaque sobretudo no governo de Dom Luís Antônio de Sousa, de 1765 a 1775”. SOUZA, Jonas Soares de e MAKINO, Miyoko, *op. cit.*, p. 15.

<sup>37</sup> JUZARTE, Teotônio, *op. cit.*, p. 24.

<sup>38</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

<sup>39</sup> *Idem, ibidem*, p. 27.

<sup>40</sup> *Idem*.

assumir aquela longa e temerária empresa, havia relatos de que a viagem teria sido aventada, e parcialmente levada adiante, por D. Luís de Céspedes, em 1628; por João Antônio Cabral Camelo, em 1727; por D. Antônio Rolim de Moura (futuro conde de Azambuja), em 1751.<sup>33</sup> Decorridos alguns anos da façanha operada pela tripulação e passageiros sob o comando de Juzarte, o brigadeiro José Custódio de Faria escreveu um *Diário de viagem da cidade de S. Paulo à Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi (1774-1775)*.<sup>34</sup> É razoável supor que o conhecimento de experiências prévias em navegação pelos perigosos rios tenha prevenido os tripulantes sobre como proceder, ao se depararem com redemoinhos, corredeiras, ondas, tempestades e outros fenômenos.

## Narração

Percorramos o *Diário da navegação*. Antes de principiar a jornada, vinham os preparativos. Cada canoa compunha-se de “oito homens”, a saber: piloto, proeiro e remeiros. Durante a jornada, tripulação e passageiros se alimentariam basicamente de “feijão, farinha de mandioca ou de milho, toucinho e sal [...], exceto alguma caça ou peixe se o há”. Súditos que são, os navegantes hasteiam, na popa da canoa maior (denominada “capitânia”) “uma bandeira com as armas portuguesas”.<sup>35</sup>

Além de relacionar e descrever as pessoas, seus mantimentos e demais haveres, o sargento-mor<sup>36</sup> reproduz o modo como conduziam a embarcação: “Nesta canoa embarca o guia [...] que é um homem dos mais práticos e inteligentes daquele sertão, ao qual todos os mais pilotos obedecem”.<sup>37</sup> O depoimento é muito relevante. A disposição dos tripulantes reproduz a concepção hierárquica que caracteriza o burocrático Estado português: o guia precede os pilotos, que estão acima dos proeiros; estes, por sua vez, mandam nos remeiros.

No *Diário* de Teotônio José Juzarte, chamam atenção os constantes anúncios sobre os “perigos” enfrentados pela expedição, dentre eles a convivência com “bichos que se metem muito, os quais são as cobras de extraordinária grandeza e diversas qualidades”.<sup>38</sup> Embora pretenda ser “relato de navegação”, o diário prenuncia ações, o que vai de encontro às normas que regulavam a composição de diários, relações, crônicas de viagem e congêneres, destinados às autoridades locais e à Metrópole: “Das dificuldades destes rios e seus perigos darei ao diante notícia, como também do gentio suas armas, e figuras”.<sup>39</sup>

Mas, a viagem ainda não começou. Antes de partirem, as trinta e seis embarcações assistirão ao conjunto de rezas coletivas e receberão a bênção do “pároco”. Após entoarem todos a “ladainha de N. Senhora”, as Canoas finalmente deixam o porto. O narrador declara ter gasto “entre o porto de Araraitaguaba e a povoação de Guatemi dois meses e dois dias, e em toda a viagem dois anos e dois meses; que, pelo expressado [...] se virá no conhecimento dos trabalhos, fomes, necessidades, perigos e mortandade que sofremos”.<sup>40</sup> Afora repetir certas fórmulas discursivas, outra característica merece ser destacada. Relato parcial que o diário é, determinados episódios são sumariados, tratados como acontecimentos de menor monta, enquanto outros são sobrevalorizados – como se constituíssem episódios mais relevantes ou dignos de figurar em uma obra sabidamente destinada à Coroa, que dava sequência à tradição de narrar as conquistas ibéricas na América, entre os séculos XVI e XVIII. Alfonso Mendiola recorda, a esse

respeito, que

*Alguns manuais de retórica da segunda metade do século XVI espanhol começam a tomar la proposta de Petrus Ramus: dar primazia à lógica (argumentação) sobre a retórica (estilística). A lógica aparece como una espécie de armação formal e a retórica como seu vestido. Ao final do século XVII, o discurso sobre o método terminará por substituir os manuais de retórica. Todavia, apesar do impulso de Ramus para a retórica restringida, a educação jesuíta manterá a vigência da retórica, em sentido amplo, no século XVIII adiante.<sup>41</sup>*

A tradição ensina o decoro. O ajuste conveniente de lentes, por parte do diarista, não era sinal de idiosincrasia, nem marca exclusivista do “seu” *Diário*. Algo similar se observa na *Carta* redigida por Pero Vaz de Caminha, em que Capistrano de Abreu atesta que “uma lacuna e bem notável sente-se na epístola [...]: o sol ardente, o luar, as constelações novas, tão diversas das do hemisfério setentrional, não lhe arrancaram uma referência sequer. A sua ignorância de singraduras e marinhas se estenderia aos fenômenos astronômicos?”<sup>42</sup>

Reembarquemos. Tendo-se abordado de que matéria o *Diário* trata, passemos à distribuição de suas partes: Introito/Preparativos para a Viagem – entre as páginas 22 e 31; Narração sobre o Rio Tietê – entre as páginas 32 e 51; Relação de Cachoeiras do Rio Tietê – entre as páginas 52 e 53; Narração sobre o Grande Paraná – entre as páginas 54 e 68; Narração sobre o Iguatemi – entre as páginas 69 e 94. Os relatos do sargento-mor detalham a dura rotina dos tripulantes. Ela se divide, basicamente, em três momentos, ao longo do dia. Os trabalhos relativos à navegação aconteciam todos os dias, aproximadamente entre as oito e as dezessete horas. Desse horário em diante, preparavam-se as refeições a serem consumidas no dia seguinte e, à noite, embicavam-se as embarcações em barrancos, onde tripulação e passageiros, “arranchados”, pousavam. Alternativamente, atavam-se as canoas umas às outras, à margem do rio, e se instalavam mosquiteiros, além de outras coberturas, que protegiam tripulantes e passageiros de insetos e outros animais, durante o descanso noturno.

Após dois dias e meio, despendidos nos preparativos para a longa jornada pelos rios, eis que em treze de abril “Principia o Diário da navegação destes [daqueles] rios”<sup>43</sup>. Afora a regularidade que empresta ao relato, as constantes referências aos perigos, distâncias e procedimentos relacionados à navegação sugerem que essas repetições não seriam gratuitas. Provavelmente, ao anunciar as “nuvens” de mosquitos, ou descrever “cobras, onças e tigres”, Teotônio José Juzarte pretendesse atribuir evidência e emprestar maior vivacidade ao relato.

Nesse sentido, o relato se aproxima da tradição épica, pois se trata de uma narrativa de feitos maiores, dignos de figurar no *Diário* – documento cujo destinatário inicial é o governador da capitania de São Paulo e os representantes da Metrópole portuguesa. Como se supõe, Juzarte teria conhecimento do paradigma herodotiano, o que explicaria, inclusive, a presença da hipérbole e da hipotipose<sup>44</sup>, como figuras retóricas que mobilizam o *páthos* e produzem efeito de realidade. Essa aproximação do modelo grego parece ser consistente, tendo em vista o modo como procedia Heródoto: “Para responder porque havia a guerra, quais eram as suas causas, Heródoto recorre [...] ao motivo homérico, ou seja, a acontecimentos que eram interpretados a partir de categorias que derivam da *Ilíada*. Para

<sup>41</sup> MENDIOLA, Alfonso. La amplificación en el género epidictico del siglo XV. *Historia y Grafia*, n. 43, México D. F., 2014, p. 5.

<sup>42</sup> ABREU, J. Capistrano de. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 188.

<sup>43</sup> JUZARTE, Teotônio, *op. cit.*, p. 30.

<sup>44</sup> “[*Hypotypose*] figura de enunciação, reagrupa o conjunto variado de procedimentos que tornam vivaz e realista uma narração ou descrição, com o objetivo de provocar emoção, o riso, por um efeito de realidade”. ROBRIEUX, Jean-Jacques. *Éléments de rhétorique et d’argumentation*. Paris: Dunod, 1993, p. 71.

<sup>45</sup> EYLER, Flavia Maria Schelee. Heródoto de Halicarnaso. In: PARADA, Maurício (org.). *Os historiadores: clássicos da História*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes/PUC-Rio, 2012, p. 12.

<sup>46</sup> HANSEN, João Adolfo. Categorias epidíticas da *ekphrasis*. *Revista USP*, n. 71, São Paulo, 2006, p. 88.

<sup>47</sup> BOULAY, Bérénger. Effets de présence et effets de vérité dans l'historiographie. *Littérature*, n. 159 (Écrire l'histoire), 2010. Disponível em <[http://www.fabula.org/atelier.php?Effets\\_de\\_presence#\\_ftnref](http://www.fabula.org/atelier.php?Effets_de_presence#_ftnref)>. Acesso em 1 jan. 2018. No original: "Le latin *evidentia* traduit le terme grec *enargeia* qui désigne, en contexte rhétorique, non pas une figure particulière, mais un effet du discours consistant à susciter l'imagination du lecteur ou de l'auditeur de manière à lui faire «voir» ce qui est décrit ou raconté".

<sup>48</sup> SINKEVISQUE, Eduardo. Usos da *ecfrase* no gênero histórico seiscentista. *História da Historiografia*, n. 12, Ouro Preto, 2013, p. 46.

<sup>49</sup> "Varonil, a técnica do sublime exige do orador tudo o que também atribui-se, geralmente às propriedades do herói". GAMA, Luciana. A retórica do sublime no "Caramuru": poema épico do descobrimento da Bahia. *Revista USP*, n. 53, São Paulo, 2003, p. 125.

<sup>50</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 122 e 123.

<sup>51</sup> Ver PÉCORA, Alcir, *op. cit.*, p. 18 e ss.

<sup>52</sup> "Durante o século XVI já não se realizam juízos legais, à maneira antiga; por isso a narração é tematizada com respeito ao gênero epidítico. Além disso, os primeiros manuais de como escrever história são dessa época, e o gênero histórico se caracteriza como uma variante do epidítico. A história é vista como um relato para jogar através da moral as acciones passadas. Por isto, a qualidade de brevidade da *narratio* é abandonada nessas obras, e substituída pela narração desmembrada, baseada na *amplificatio*". MENDIOLA, Alfonso, *op. cit.*, p. 3.

ele, os grandes confrontos entre os helenos e os bárbaros começaram em virtude do rapto de Ío ou Helena de modo que a "vendeta" repetida trazia consigo uma escalada de coisas nefastas".<sup>45</sup>

Mas, como representar vivacidade no relato testemunhal? João Adolfo Hansen relembra que, "na *ekphrasis*, a palavra é especificada segundo várias qualidades que se aplicam fazendo o discurso convergir para o efeito de *enargeia* ou *evidentia*: pura, clara, nítida, nobre, rude, veemente, brilhante, vigorosa, complicada, elegante, ingênua, picante, graciosa, sutil, agradável, vivaz – bela, enfim".<sup>46</sup> A seu turno, Bérénger Boulay observa que a palavra "latina *evidentia* traduz o termo grego *enargeia*, que designa, em contexto retórico, não somente uma figura particular, mas um efeito do discurso que consiste em suscitar a imaginação do leitor ou do auditório, de maneira a fazê-lo 'ver' o que é descrito ou racontado".<sup>47</sup> Ao se debruçar sobre os gêneros narrativos que circularam no século XVII, Eduardo Sinkevisque aponta para o fato de que, "na elocução do gênero histórico seiscentista a *ecfrase* é fundamental para a composição da narrativa, sendo exercitada de modos específicos pelo gênero. Ela é formada a partir de descrições e digressões amplificativas, cujo efeito de verdade, e não sua finalidade, é a vivacidade (*enargeia*) historiográfica".<sup>48</sup> Com ou sem limitações, em tese, decorrentes de sua ocupação modesta, Teotônio José Juzarte parece dar continuidade ao gênero narrativo que ainda vigorava em Portugal no século seguinte.

Quanto à linguagem (ou elocução) empregada pelo comandante da expedição, observa-se que ele busca aferir exatidão e objetividade ao relato. Sob essa ótica, a repetição de determinadas expressões, como "amanhecendo este dia", parece atribuir à narrativa maior fidelidade e linearidade ao que se descreve, como se a rotina diária contagiasse a dicção do próprio narrador. Simultaneamente, o sargento-mor reivindicava para si e a tripulação certos gestos de heroísmo.<sup>49</sup> O brilho projetado na narrativa espelharia as virtudes do comandante que a assina? É possível afirmá-lo, caso aproximemos a espécie "diário" dos poemas épicos que circulavam naquele tempo. Por exemplo, ao analisar *O Caramuru* de Santa Rita Durão, Luciana Gama percebeu que o fato de enaltecer obstáculos e adversários implicava elevar a estatura dos próprios navegantes, para além do nível ordinário dos homens fincados na terra: "Estamos sob o domínio do estilo sublime quando o que nos deleita não são os engenhos utilizados na imitação, mas justamente quando o efeito é tão grande que não há espaço para que se perceba a técnica utilizada".<sup>50</sup>

Ao lançar mão de artifício similar, Juzarte não estaria sendo "espontâneo" (como reparou Alcir Pécora<sup>51</sup>, ao analisar as cartas do padre Antônio Vieira, escritas com quase um século de antecedência). Tampouco a *persona* do diarista estaria empenhada na exatidão do relato (como defendia Plutarco, na ressalva a Heródoto). Como *amplificatio*<sup>52</sup>, um recurso ensinado nos tratados da Antiguidade, recorrer à descrição hiperbólica de feras, animais peçonhentos, pedras, correntezas e tempestades permitiria ao narrador aproximar o teor do *Diário* às grandes jornadas que caracterizavam os textos de viagem redigidos por escrivães e pilotos portugueses, desde meados do século XIV.

Outro efeito logrado pelo sargento-mor era afiliar-se a *auctoritas* relacionada ao gênero. A "autoria" não tinha a importância que assumiu a partir do século XIX<sup>53</sup>; mas, pode-se supor que fosse imprescindível ao sargento-mor evidenciar as suas virtudes de homem corajoso e letrado, a

perseverar como condutor da expedição, soldado de Deus e do Rei, pois habilidoso nas armas e cristãmente virtuoso<sup>54</sup>, como recomendava a patristica: “Segundo Agostinho, a virtude é uma boa qualidade da mente. No entanto, não pode estar em alguma espécie de qualidade, senão na primeira, que é a do hábito. Logo, a virtude é um hábito”.<sup>55</sup> Produzido por um homem que se pretende distinguir entre os seus e exibir-se da melhor forma perante os superiores na longa correia administrativa – como o governador da capitania de São Paulo, Dom Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, em relação ao sargento-mor –, o *Diário* alterna acontecimentos e eventos, conforme a perspectiva (ora rente aos acontecimentos, ora mais apartada deles) implementada por Juzarte. Logo nos primeiros dias da longuíssima jornada, relatam-se dois partos entre as passageiras, bem como uma disfunção intestinal, que atingiu a muitos mais: “assim se levou toda a manhã do dia doze de abril. Porém, inda aqui não pararam tantos incômodos, trabalhos e impertinências, porque estando tudo na forma do dito sobreveio uma diarreia geral por homens, mulheres e crianças, de tal sorte que, uns escondidos pelo mato, outros desfalecidos que não se moviam de um lugar, outras crianças em artigo de morte, a tudo isso se supria na melhor forma que permitia a ocasião e o país”.<sup>56</sup>

Além de prometer relatos futuros, o diarista alterna fórmulas discursivas que marcam a passagem do tempo, na forma do que foi e ficou “dito” ou “expressado”. Essa oscilação entre as matérias que “foram” e “terão sido” soma-se às mudanças de registro (ou elocução) dos assuntos. Ora se narram gestos maiores, como a proteção de uma jovem mãe, ameaçada de morte por seus familiares contrários à sua gravidez; ora acontecimentos menores, como a narrativa dos métodos com que se enfrentou a diarreia coletiva “a uns dando-lhes remédios pela boca, a outros ajudando-se com cristéis e outros remédios, que se usam, pela via, para impedir a moléstia de que já estavam todos tocados, a que se chamava vulgarmente corrução”.<sup>57</sup> Como se disse, o *Diário* de Juzarte não traz inovações, nem se trata de obra original, solta no vácuo e desvinculada dos gêneros que a precederam. Como salienta Sinkevisque, o testemunho importa como método, e não como traço “individual”:

*Os modelos da história seiscentista remontam à chamada Idade Média e à Antiguidade greco-romana. Trata-se de um gênero das letras a ser lido por meio da Poética e da Retórica aristotélicas e da Arte Poética de Horácio, pois o discurso se faz in ordo naturalis (Horácio), com elocução na primeira pessoa testemunhal, de um narrador não autor das matérias, mas ponderador, que discorre ou faz arrazoados e juízos a respeito de ações sucedidas a particulares. A testemunha ocular é uma das posições da persona historiador. Ela pode ser fabricada pelo testemunho de outros, por meio da recolha da oralidade ou da leitura das auctoritates do gênero que, entretanto, não deixa de se fazer com a credibilidade da visão.*<sup>58</sup>

Isso se verifica com frequência nas entradas do *Diário*. Ao longo da travessia, o sargento-mor descreve dezenas de cachoeiras, cada uma identificada por nomes de origem tupi, motivados pela semelhança com animais e elementos da natureza, ou a assinalar circunstâncias específicas. Providencialmente ou não, a primeira queda d’água evoca a presença de ninguém menos que o padre José de Anchieta, que ali estivera com os índios, dois séculos antes:



<sup>53</sup> Conforme salienta João Adolfo Hansen, “é apenas no século XVIII que surge o autor-presença e a generalização atual da autoria, como identidade ideal e/ou causalidade psicologista, é invariavelmente a de esquemas projetivos muito próximos aos da exegese cristã que alegava a santidade do Autor quando se pretendia provar o valor de um texto”. HANSEN, João Adolfo. Autor. In: JOBIM, José Luís (org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo de literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 14.

<sup>54</sup> Ao resgatar a “vita” exemplar de Bernardo Vieira Ravasco, secretário de estado do Brasil, em exercício na Bahia entre 1646 e 1697, Marcelo Lachat constatou que as biografias sobre o poeta participavam de uma “elaboração” da vida exemplar de Ravasco, fundada no “topos antigo [...] das ‘armas e letras’ [...] recorrente nas letras portuguesas e luso-brasileiras dos séculos XVI a XVIII, confere verossimilhança à [sua] persona histórica”. LACHAT, Marcelo. *Saudades de Lídia e Armido, poema atribuído a Bernardo Vieira Ravasco: estudo e edição*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 15.

<sup>55</sup> AQUINO, Tomás de. *As virtudes morais*. Campinas: Ecclesiae, 2012, p. 18.

<sup>56</sup> JUZARTE, Teotônio, *op. cit.*, p. 30.

<sup>57</sup> *Idem*.

<sup>58</sup> SINKEVISQUE, Eduardo, *op. cit.*, p. 47.

<sup>59</sup> JUZARTE, Teotônio, *op. cit.*, p. 32.

<sup>60</sup> TAUNAY, Alfredo d'Escrag-nolle, *op. cit.*, p. 144.

<sup>61</sup> JUZARTE, Teotônio, *op. cit.*, p. 33.

<sup>62</sup> *Idem, ibidem*, p. 33 e 34.

<sup>63</sup> *Idem, ibidem*, p. 34.

<sup>64</sup> *Idem*.

*Em outro tempo navegou por esta cachoeira um religioso da companhia de Jesus de virtude chamado o Pe. José de Anchieta, qual andava catequizando os índios, e pregando-lhe missão, os quais vindo com ele em uma canoinha a embarcaram no meio desta cachoeira, largando o padre no fundo da mesma, passando muito tempo, vendo que o padre não surgia acima, cuidando estaria já morto, mergulhou um dos índios ao fundo e o achou vivo sentado em uma pedra rezando no seu breviário, e por isso ficou o nome a esta cachoeira de Abaramanduaba.<sup>59</sup>*

O acento anedótico do episódio não impediria que fosse lido feito evento exemplar, como se Juzarte evocasse e justificasse a evangelização dos índios, realizada duzentos anos atrás. Ao proceder dessa maneira, o comandante da expedição não só reafirmava as virtudes do perseverante Anchieta; ressaltava, também, a própria crença do soldado em Deus, sua fidelidade católica à Igreja e evidente submissão à Coroa. Embora o objetivo da missão fosse povoar vilas à margem do Iguatemi, a aproximação entre o padre e o sargento convertem a ambos em soldados que agiam em nome do cetro e da mitra, pela expansão do reino e o aumento do rebanho. Teotônio José Juzarte sobrevaloriza os “perigos” (talvez a palavra mais repetida ao longo do seu relato). De acordo com Taunay, “não há passo difícil em que o nosso autor não lhe pormenorize os trabalhos e riscos”.<sup>60</sup> Dentre as sucuris, corais, jararacas e cascavéis que a expedição mata, a tiro de bala, há aquelas “tão venenosas que mordendo em qualquer pessoa instantaneamente fica sem vista e entra a exalar sangue pelos olhos, boca e nariz, e pelas unhas e o mais que dura vivo são vinte e quatro horas”.<sup>61</sup>

Homens bravios e, no geral, destemidos, sua fé em Deus não impede padecerem com tormentas vindas do céu, às quais respondem com alguma fuga e muita reza: “passamos esta noite sofrendo esta tão horrorosa tempestade molhando-se tudo, e caindo dois raios que, despedaçando e desgalhando grossas árvores, nos vimos quase nos últimos fins de vida entoando todos a ladainha de N. Senhora e cada um se recomendava ao santo de sua maior devoção”.<sup>62</sup> O dia quinze de abril de 1769 amanhece com a triste, mas sintética notícia, de uma criança morta, “à qual se deu sepultura no mato”.<sup>63</sup> De modo geral, a tônica do relato é a do desconforto, no que o *Diário* também lembra o procedimento adotado pelos jesuítas, ao redigirem cartas aos irmãos da ordem, a autoridades eclesiásticas e da coroa, com o intuito de reforçar o caráter emergencial de suas petições.

Na narrativa, aos percalços rotineiros somam-se aos redemoinhos na água e tormentas no céu as raízes altas e os animais ferozes e peçonhentos. Ao reiterar os múltiplos desafios enfrentados pela tripulação, o sargento-mor realça uma das virtudes cardeais do valoroso soldado, ainda mais se defensor da fé católica: a coragem. Por aí se vê que o fato de se tratar de um diário não assegura isenção, tampouco impede que o sargento-mor acrescente dificuldades aos perigos com que efetivamente lida. Nesse sentido, ações restauradoras são mencionadas quase “ao acaso”, a sugerir que houvesse pouco tempo e ralas condições para se banquetear, durante a tenebrosa viagem: “Depois de comermos alguma coisa [...], seguimos nossa viagem”.<sup>64</sup> Nem faltou a narração de episódios aparentemente menores, como o restabelecimento de um dos passageiros, resistente à “ração” e que havia desistido de viver: “a este tempo soube que um homem se achava esmorecido, e que não comia havia três dias, o qual se achava deitado escondido fora da comunicação das mais pessoas, o qual fiz conduzir, e consolando-o, e fortificando-o com vinho e sustento, foi tornando a si, e

me disse que por acanhado e melancólico esperava ocasião de se deixar ficar e morrer naqueles matos”.<sup>65</sup>

## Verdade

Pode-se vislumbrar o impacto que esse relato terá provocado nos raros e discretos leitores do Setecentos. A elocução (aproximada das parábolas do *Antigo testamento*, mas também dos evangelhos) faz com que Juzarte atribua a si mesmo a virtude da compaixão e encarne o poder de consolar a alma e curar fortificar o corpo do homem. Como ensinava Santo Agostinho: “Se com razão é chamado próximo aquele a quem devemos prestar serviço ou de quem devemos receber o ministério da misericórdia, está claro que neste preceito, pelo qual nos é ordenado que amemos ao próximo, estão incluídos também os santos anjos”.<sup>66</sup> O fato de Teotônio José Juzarte ser devotado a Deus também interfere no modo como inventa, dispõe e se expressa. A memória sobre os procedimentos náuticos deve ter chegado através de relatos com que tomou contato, ou dos quais teve notícia. Já as suas ações teriam variada motivação: servir ao governador da capitania de São Paulo; cumprir os desígnios da Providência; expandir os negócios e as almas do reino; receber provimentos; lançar o nome na história do reino etc.

Por essa razão, ao relacionar virtudes próprias, ele parecia seguir os rigorosos preceitos da tradição escolástica. Como observava Reinhart Koselleck,

*No sentido de uma História revelada por Deus, Agostinho, por exemplo, havia constatado que as representações históricas tratam de instituições humanas, mas que a própria História (“ipsa historia”) não é uma instituição humana. Pois aquilo que aconteceu e não pode ser revertido, isso faz parte da sequência dos tempos (“in ordine temporum habenda sunt”), cujo fundador e administrador seria Deus. Não há dúvida de que a historicidade de Jesus como fonte empírica da revelação contribuiu em muito para dar ao conceito de História uma pretensão enfática à verdade.*<sup>67</sup>

Ao retratar a si mesmo como homem generoso, enérgico, mas brando, o sargento-mor reforça a projeção do seu *éthos* paternal. O artifício é engenhoso, pois lhe permite reafirmar-se como comandante da expedição, protetor dos oprimidos, súdito fiel de Deus e da Coroa, a conduzir o seu rebanho com relativa segurança pelos caminhos mais tortuosos, como se se tratasse de uma *via crucis* com “dois anos e dois meses” de duração. Juzarte é quase a imagem de Jesus.

Não só o rio oculta pedras, nem a selva esconde insetos e feras. A tripulação também lida com solos inférteis e de pouco fruto: “achamos um grande campo, no qual fica o morro de Araraquara-mirim e, subindo por ele acima, o que custou muito por ser escabroso e escaldado, chegamos sobre a sua coroa, a qual tem muitas cortaduras”.<sup>68</sup>

As entradas do *Diário* sugerem que não havia pouso que muito durasse, nem percurso que percorrido sem maiores sustos e dificuldades. Alternando a viagem entre navegação e repouso às margens, de um lado se contornam pedras e desviam de correntes, ondas e redemoinhos; de outro, abrem-se picadas estreitas para atravessar os apetrechos por detrás das cachoeiras. No mato, a presença das feras é quase certa:

<sup>65</sup> *Idem.*

<sup>66</sup> AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *A doutrina cristã*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p. 78.

<sup>67</sup> KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart *et al.*, *op. cit.*, p. 125.

<sup>68</sup> JUZARTE, Teotônio, *op. cit.*, p. 36.

<sup>69</sup> *Idem, ibidem*, p. 39.

<sup>70</sup> *Idem, ibidem*, p. 40.

<sup>71</sup> *Idem, ibidem*, p. 41.

<sup>72</sup> Ver PÉCORA, Alcir, *op. cit.*, p. 13.

<sup>73</sup> TAUNAY, Alfredo d'Escragno, *op. cit.*, p. 143 e 144. Conforme Pere Villalba I Varneda, a "arte da narrativa tem a missão de apresentar eventos, personalidades e instituições de modo inteligível e racional. Isso pode levar o historiador a voos tão exagerados da emoção, a ponto de afetar a integridade da verdade histórica". VARNEDA, Pere Villalba I, *op. cit.*, p. 67.

<sup>74</sup> JUZARTE, Teotônio, *op. cit.*, p. 41.

<sup>75</sup> *Idem, ibidem*, p. 42.

*passamos a cachoeira chamada Guaimicanga, que quer dizer em português ossos de velha; esta cachoeira passamos com muito perigo, porque não tem passagem por terra, porque de um e outro lado do rio são paredões de pedra [...] daí saímos seguindo nossa viagem até as cinco horas, que fizemos pouso para aí ficarmos de noite, o qual roçando-se o mato para se acomodar a gente se achou uma grande cobra cascavel, a qual se matou a tiros, que tinha onze palmos de comprimento, e quinze cascavéis, que quer dizer tinha quinze anos, porque cada ano lhe nasce um.*<sup>69</sup>

Evidentemente, tantos desafios, dentro e fora da água, redundavam no endurecimento da faina compartilhada pelos passageiros e membros da expedição, comandados por Juzarte. Afora aludir aos perigos da natureza, é recorrente a valorização do trabalho, tópico de primeira plana: "chegou a noite, cuidou-se em descansar-se de tão laborioso trabalho". A expressão é repetida poucas linhas abaixo, associada ao que ficou de fora da narração: "tão laborioso trabalho, além de outros muitos sucessos que por não ser oportuno não declaro".<sup>70</sup> Quer dizer, nem tudo entra no relato, pois há critérios para se registrar o que vale mais mencionar. Na entrada de vinte e cinco de abril de 1769, apesar de todo o esforço, "soltou [se] uma embarcação dentro da qual se achavam dormindo uma mulher, seu marido e dois filhos"<sup>71</sup>, afinal recuperada a muito custo pelos tripulantes, em uma complexa operação de resgate. Para provocar o maravilhamento dos leitores, como recomendava Longino, e ressaltar a valentia dos navegantes, determinados episódios contam com artifícios, a exemplo das longas distâncias percorridas, os árduos trabalhos, os monstruosos fenômenos da natureza – carro-chefe dos inescrutáveis desígnios de Deus.

Para além de informar os poderes locais (e metropolitanos) sobre os rios e povoações, no *Diário* de Juzarte a veracidade importa menos que a eficácia. Lido dessa forma, ele obedece ao teor, forma e estrutura das relações de viagem e cartas enviadas pelos jesuítas, quando se aventuravam entre o litoral e o interior do território. Em acordo com Alcir Pécora<sup>72</sup>, "A 'realidade', pelo menos enquanto dotada de algum sentido e não puro caso ou ocorrência, imbrica-se de modo inalienável aos enunciados persuasivos".

Na década de 1920, Afonso d'Escragno Taunay já havia chamado atenção para alguma imprecisão do relato: "Juzarte, que descreve os perigos da navegação do Tietê, cachoeira e corredeira, uma por uma, deixa-se por vezes levar-se a extraordinárias exagerações.<sup>73</sup> Assim, atribui a altura da queda das águas no Avanhadava [...] Talvez um *lapsus calami* o levasse a escrever braça por palmo". De todo modo, a descrição do salto de Avanhadava é uma das mais belas do *Diário*: "É este salto de Avanhadava uma obra da natureza cuja altura excede a cinquenta braças que, despenhando-se por ele copiosas águas ao ponto que faz uma agradável vista e figura, causa pavor e medo, porque fazendo várias figuras, em umas partes à imitação de degraus de sepulcro, em outras fazendo vários redemoinhos pendurados pelor ar, em outras formando grossas e dilatadas fontes à maneira de chafarizes".<sup>74</sup>

Nada mal para um "soldado semianalfabeto". O fato é que ao êxito, que consiste em superar determinado obstáculo, sucedem novos e maiores desafios: "seguimos nossa viagem, passamos por uma cachoeira de muito perigo e com muitas voltas, e pedras escondidas debaixo da água, cuja, em razão dos muitos rodeios, se chama Bacraie, que quer dizer em português escaramuça do gato".<sup>75</sup> Por vezes, o perigo maior estava em examinar algum fenômeno mais de perto: "vimos que uma grande sucure, desenrolando-se

à maneira de uma amarra de navio fazendo grande batalha na água, nos investia; e como isso fosse quase noite fugimos”.<sup>76</sup> À medida que a viagem prossegue, o sargento-mor enfileira termos do jargão náutico. Como lhe interessa enaltecer a coragem e a valentia dos navegantes, eventos que não ofereciam maior perigo recebem menor atenção que os demais: “seguimos e daí passamos por uma ilha com uma itaipava chamada a ilha de Pirataraca, esta não foi muito perigosa; seguimos e fomos passar por outra ilha chamada do mato seco com uma cachoeira no fim muito perigosa, enquanto comprida, chamava Iaiva-piru, que quer dizer em português mato feio, a qual se passou com muitas voltas”.<sup>77</sup>

Essas e outras desventuras só eram superadas provavelmente graças à “misericórdia de Deus”<sup>78</sup> e às “recomendações que tinha do meu general para que não me escapasse coisa alguma”.<sup>79</sup> A despeito da tamanha devoção, o inferno subira até as águas. A quantidade de insetos vorazes constitui relato à parte. É o caso das “formigas, que eram tantas, e cada uma do comprimento de uma polegada, que inquietavam tanto a gente que ninguém dormiu, uns trepados em árvores, outros metidos na água do rio”.<sup>80</sup>

Os obstáculos, enfrentados a todo instante pela expedição, não impedem que, instado ao dever do ofício, o sargento-mor perseguisse fugitivos de Cuiabá, o que realça outra virtude do comandante: a sede de fazer justiça e a prontidão para prender homens à margem da lei: “a isto logo me embarquei em uma canoinha com cinco soldados [...] e comigo outra canoinha com o tenente de aventureiros Bento Cardoso, e fomos dar-lhe caça rio acima a toda pressa, e navegamos todo o dia sem levarmos nem quê comer”.<sup>81</sup> Embora a ação tivesse sido em vão, Teotônio José Juzarte justifica o fracasso da “caça” humana, em razão do tempo que teriam de despender e da reduzida quantidade de alimentos disponível. As jornadas permitem afirmar que a expedição percorria uma légua por hora, em média – de acordo com os cálculos do sargento-mor. No dia quatro de maio de 1769, ao atravessar por terra uma cachoeira com “quase meia légua”, passageiros e tripulantes padeceram com uma “nuvem de marimbondos”. Os insetos “são tais que chegam a matar gente pela sua quantidade, além de ser finíssima a dor da sua picada, e onde mordem logo incha a parte”.<sup>82</sup>



## Artifício

As aventuras pelo rio Tietê e seus afluentes termina em sete de maio, ocasião em que a expedição chega ao rio Grande Paraná: “aqui se concluiu a navegação desde a Araraitaguaba até este lugar, cento e trinta léguas e meia, quarenta e seis cachoeiras e itaipavas, e demos fim a tantos perigos, tantos trabalhos, tanto sofrer de insetos e bichos”.<sup>83</sup> Após relacionar as cachoeiras, dando seu nome em tupi e a tradução para o português<sup>84</sup>, o sargento-mor passa a relatar os acontecimentos sucedidos no grande Paraná, rio “à semelhança de mar, e assim quer dizer grande Paraná, que em Português é o mesmo que grande mar”.<sup>85</sup> Uma das principais diferenças deste rio, em relação ao Tietê, está na largura das águas, que chega a “mais de quatro léguas”. Embora seu leito seja navegável, estava sujeito a grandes ondas, provocadas pelo vento e era repleto em “imundícies”<sup>86</sup>, sem contar a grande população de jacarés.

Dentre as cenas mais impressionantes do *Diário* há esta: “No meio deste grande rio Paraná há um só rodaminho em porção circular, o qual

<sup>76</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

<sup>77</sup> *Idem*.

<sup>78</sup> *Idem*.

<sup>79</sup> *Idem, ibidem*, p. 44.

<sup>80</sup> *Idem*.

<sup>81</sup> *Idem, ibidem*, p. 45.

<sup>82</sup> *Idem, ibidem*, p. 48.

<sup>83</sup> *Idem, ibidem*, p. 51.

<sup>84</sup> Ver *idem, ibidem*, p. 52 e 53.

<sup>85</sup> *Idem, ibidem*, p. 54.

<sup>86</sup> *Idem*.

<sup>87</sup> *Idem, ibidem*, p. 55.

<sup>88</sup> *Idem, ibidem*, p. 56.

<sup>89</sup> ALBUQUERQUE-GARCÍA, Luis. El "relato de viajes": hitos y formas en la evolución del género. *Revista de Literatura*, n. 145, Madrid, 2011, p. 16.

<sup>90</sup> JUZARTE, Teotônio, *op. cit.*, p. 58.

<sup>91</sup> *Idem, ibidem*, p. 59.

<sup>92</sup> *Idem, ibidem*, p. 61.

<sup>93</sup> *Idem, ibidem*, p. 62.

<sup>94</sup> *Idem, ibidem*, p. 63.

alcança de uma margem a outra, que andando continuamente as águas em volta, são tais as ondas que causam medo". Linhas a seguir, o sargento-mor compara a força do rio ao homem: "continuamente estão estas águas nesta paragem à maneira de um homem que respira". Em meio à travessia do rio, um acidente quase leva o guia; mas "foi Deus servido livrar-nos de um tão grande perigo".<sup>87</sup>

A inconstância pauta os relatos: "fomos saindo com muito trabalho, susto e perigo; aqui saíamos de um perigo, acolá enalhávamos em outro, enfim foi este dia o de mais susto".<sup>88</sup> Parece claro tratar-se de um recurso empregado pelo sargento-mor para sugerir seu caráter industrioso, como *persona*, e realçar o elevado grau das façanhas realizadas sob seu comando. Como mensurar o grau de ficcionalização no relato produzido por Juzarte? Luis Albuquerque-Garcia tenta responder a essa questão, considerando a longa tradição "literária":

*Não sou o primeiro a sustentar, portanto, que a maioria das grandes obras da literatura universal são livros de viagem. A Eneida, A Divina Comédia, O Quijote... Se faz necessário discernir o género "relato de viagens", sintagma cunhado com um sentido muito preciso por Carrizo Rueda (1997), da literatura de viagens em geral. Os "relatos de viagem" contemplam, a meu ver, traços fundamentais [...]: (1) são relatos factuais, em que (2) a modalidade descritiva se impõe à narrativa e (3) em cujo balanço entre o objetivo e o subjetivo tendem a decantar-se do lado do primeiro, mas, em consonância, em princípio, com o seu carácter testemunhal.*<sup>89</sup>

Por ser um "diário de navegação" que mapeia os territórios visitados, há momentos em que a dicção do sargento-mor se aproxima dos tratados redigidos por naturalistas, antes e durante o século XVIII. Repare-se em como ele narra a descoberta dos jabutis: "achamos uma ilha no meio do rio Grande, desembarcamos nela, achamos ser uma grande praia de areia com algum matinho pequeno e, passando por esta ilha, achamos enterrada na areia quantidade de dúzias de ovos dos tais bichos chamados Javotins".<sup>90</sup>

Herói que pretende ser, Juzarte sabe as artes do comando. No dia doze de maio, o comandante da expedição menciona dois índios, sem deixar claro se já integravam a expedição, ou se se tratava de nativos da região, em trabalho compulsório: "mandamos mergulhar nela [lagoa] dois índios os quais duvidaram dizendo que ali nunca entrou ninguém, e com efeito sempre se meteram na água até o pescoço; mas como era muito funda não só temeram a fundura, como alguma sucuri ou jacaré que os apanhasse; com efeito saíram os homens, e ao sair vimos que por debaixo da água havia grande movimento dos tais bichos".<sup>91</sup>

A proporção que a viagem avança, avoluma-se a quantidade de "doentes". As desventuras continuam. O *Diário* reforça os perigos, recorrendo ao já conhecido vocabulário do infortúnio: "não há muita comodidade para se fugir depressa desses perigos porque se encontram grandes paredões de pedras perpendiculares ao barranco do rio; com muito fundo e altura babojando as águas neles; estas circunstâncias fazem com que se navegue com muito susto e cuidado".<sup>92</sup> No dia dezessete de maio, após duas horas de navegação, os navegantes percebem que se armava tempestade. Deus dá; Deus tira: "quis Deus quando chegamos a ele [barranco] achá-lo com lugar para saltarmos".<sup>93</sup> Em meio à tormenta, "adoeceu muita gente [...] ia demorando a viagem e os mantimentos já poucos".<sup>94</sup> A julgar pelo relato do sargento-mor, por diversas vezes os viajantes haviam escapado à morte

certa, graças aos desígnios do mesmo Deus que lhes despencaram redemoinhos, correntes, insetos em nuvem, feras e animais peçonhentos. Além das tempestades, é claro: “estivemos vendo passar esta monstruosidade de madeiras mais de uma hora, e dando graças a Deus de termos escapado daquele perigo, porque se nos apanhasse dentro do rio, despedaçando-nos as embarcações, uma só pessoa escaparia”.<sup>95</sup>

Ao longo da travessia pelo grande Paraná, o vento “teimoso” foi um dos piores adversários dos tripulantes. Além de retardar a jornada, amplificava a quantidade de doentes e induzia a falta de mantimentos, a ponto de o sargento-mor admitir que cogitavam “abreviar a jornada”. Após muitas idas e vindas, a contornar as grandes ondas provocadas pelos fortes ventos, a expedição chegava ao rio Iguatemi em 24 de maio de 1769. O sargento-mor conclui a segunda parte do relato com novo cálculo: “Tem este rio Grande Paraná de curso desde a barra do Tietê a barra do rio Gatemi setenta léguas e três quartos”.<sup>96</sup>

O rio Iguatemi é descrito como “largo e fundo na sua entrada, suas águas são boas, são bordadas suas margens de muitos palmitos, corre com sua violência”.<sup>97</sup> A alegria dos viajantes era evidente. Afinal, eles haviam vencido o Grande Paraná. Mas a sensação de relativa tranquilidade duraria pouco tempo. Em vinte e oito de maio, logo que saíram a navegar, “veio uma tão grande tempestade de chuva, relâmpagos e trovões tão arrebatados com tanta violência que parecia o fim do mundo; com isto, embicando em terra, juntando-nos todos, se entoou a ladainha de Nossa Senhora”.<sup>98</sup>

No dia dois de junho, a expedição recebe a ajuda de “duas embarcações” com “trinta e tantos homens com o capitão-mor regente João Martins Barros”. Após trocarem efusivos cumprimentos, “logo se repartiu a gente de refresco pelas embarcações, descansando os miseráveis, que já não podiam mais trabalhar”. O *Diário da navegação* seguia o seu ritmo, com relatos em todos os dias, desde o início da expedição, no alto do rio Tietê. Eis que, em três de junho, aconteceu grande mudança: “Aqui ficamos a noite do dia três para o dia quatro e deste falhamos até o dia onze, que sempre fez mau tempo, por cuja razão não seguimos viagem para a povoação”.<sup>99</sup>

De fato, a próxima entrada do *Diário* será uma breve nota em onze de junho. No dia seguinte, Juzarte concentra em único tópico o relato de várias semanas. Daí em diante, os eventos serão bastante resumidos, considerando que a entrada de doze de junho se estenderá até setembro daquele ano. Em suma, o relato torna-se menos descritivo e a ação ganha mais força. Os registros, por data, no *Diário da navegação* seguem este formato até onze de junho de 1769. A partir do dia seguinte, o relato perde a divisão explícita em dias e torna-se gradativamente menos parcimonioso. O sargento-mor passa a sintetizar os acontecimentos e eventos, de modo a condensar os meses finais daquele ano e os que seguem, até maio de 1771.

Relator disciplinado, Juzarte continua a narrar episódios informativos e, certamente, capazes de provocar maior assombro, como a chegada de um “pedestre” que “trazia cinco flechadas que lhe deu o gentio no campo”, em novembro de 1769<sup>100</sup>; ou a fuga de “nove soldados pagos e uma mulher”, em fevereiro de 1770<sup>101</sup>, recapturados e presos pelos portugueses, sob as ordens do próprio sargento-mor. Impressionam ainda, em particular, as doenças e mortandades, que reduziam drasticamente o efetivo dos soldados e povoadores, ao longo dos meses: em maio de 1770, achavam-se “somente onze pessoas de trabalho sãs, além de alguns oficiais”.<sup>102</sup> Por sinal, somente em janeiro de 1771 chegariam socorros da banda espanhola.

<sup>95</sup> *Idem, ibidem*, p. 64.

<sup>96</sup> *Idem, ibidem*, p. 68.

<sup>97</sup> *Idem, ibidem*, p. 69.

<sup>98</sup> *Idem, ibidem*, p. 70 e 71.

<sup>99</sup> *Idem, ibidem*, p. 73.

<sup>100</sup> *Idem, ibidem*, p. 84.

<sup>101</sup> *Idem, ibidem*, p. 85.

<sup>102</sup> *Idem, ibidem*, p. 87.

Considerem-se essas notas como convite à leitura atenta do *Diário da navegação*. Se possível for, a salvo de anacronismos – em particular aqueles mais evidentes, capazes de sobrepujar as informações (as hipérboles, as hipotiposes e os demais artifícios, em prol do efeito de verdade) forjados pelo sargento-mor português.

*Artigo recebido em 2 de junho de 2019. Aprovado em 3 de setembro de 2019.*